NOVA IPIXUNA	170.666-7	469.162,38	117.290,60	586.452,98
NOVA TIMBOTEUA	170.087-1	337.343,50	84.335,88	421.679,38
NOVO PROGRESSO	170.289-0	2.079.971,20	519.992,80	2.599.964,00
NOVO REPARTIMENTO	170.290-4	1.228.959,92	307.239,98	1.536.199,89
ÓBIDOS	170.035-9	1.033.803,94	258.450,98	1.292.254,93
OEIRAS DO PARÁ	170.047-2	492.784,77	123.196,19	615.980,96
ORIXIMINÁ	170.036-7	4.240.791,45	1.060.197,86	5.300.989,31
OUREM	170.093-6	367.862,60	91.965,65	459.828,25
OURILÂNDIA NORTE	170.065-0	1.939.425,98	484.856,50	2.424.282,48
PACAJÁS	170.018-9	849.146,62	212.286,66	1.061.433,28
PALESTINA DO PARÁ	170.291-2	437.341,23	109.335,31	546.676,54
PARAGOMINAS	170.068-5	5.122.467,89	1.280.616,97	6.403.084,86
PARAUPEBAS	170.019-7	59.640.114,26	14.910.028,54	74.550.142,80
PAU D'ARCO	170.296-3	492.083,96	123.020,99	615.104,95
PEIXE-BOI	170.088-0	307.276,98	76.819,25	384.096,23
PIÇARRA	170.670-5	736.501,32	184.125,33	920.626,65
PLACAS	170.661-6	564.701,16	141.175,29	705.876,45
PONTA DE PEDRAS	170.104-5	534.127,05	133.531,76	667.658,81
PORTEL	170.048-0	1.000.957,13	250.239,28	1.251.196,41
PORTO DE MOZ	170.079-0	760.771,45	190.192,86	950.964,32
PRAINHA	170.037-5	701.833,06	175.458,27	877.291,33
PRIMAVERA	170.089-8	720.841,59	180.210,40	901.051,99
QUATIPURU	170.680-2	332.296,39	83.074,10	415.370,49
REDEÇÃO	170.059-6	2.309.859,95	577.464,99	2.887.324,93
RIO MARIA	170.060-0	1.028.986,07	257.246,52	1.286.232,58
RONDON PARÁ	170.081-2	1.063.406,75	265.851,69	1.329.258,44
RURÓPOLIS	170.030-8	716.021,10	179.005,27	895.026,37
SALINÓPOLIS	170.091-0	569.585,18	142.396,30	711.981,48
SALVATERRA	170.102-9	487.246,77	121.811,69	609.058,46
STA BARBARA DO PARÁ	170.278-5	527.145,52	131.786,38	658.931,90
SANTA CRUZ ARARI	170.100-2	452.203,88	113.050,97	565.254,84
SANTA IZABEL PARÁ	170.011-1	1.740.387,42	435.096,85	2.175.484,27
SANTA LUZIA DO PARÁ	170.292-0	461.371,00	115.342,75	576.713,75
STA MARIA BARREIRAS	170.062-6	1.667.011,78	416.752,94	2.083.764,72
SANTA MARIA PARÁ	170.012-0	475.950,37	118.987,59	594.937,97
SANTANA ARAGUAIA	170.061-8	1.842.620,85	460.655,21	2.303.276,06
SANTARÉM	170.038-3	5.766.622,70	1.441.655,67	7.208.278,37
SANTARÉM NOVO	170.092-8	303.931,78	75.982,95	379.914,73
SANTO ANTÔNIO TAUÁ	170.013-8	564.267,90	141.066,98	705.334,88
SÃO CAETANO ODIVELAS	170.014-6	374.010,69	93.502,67	467.513,36
SÃO DOM.DO ARAGUAIA	170.297-1	638.110,86	159.527,71	797.638,57
SÃO DOMINGOS CAPIM	170.073-1	424.644,87	106.161,22	530.806,08
SÃO FÉLIX XINGU	170.063-4	3.199.682,43	799.920,61	3.999.603,04
SÃO FRANCISCO PARÁ	170.015-4	352.960,66	88.240,16	441.200,82
SÃO GERALDO ARAGUAIA	170.067-7	1.040.785,14	260.196,29	1.300.981,43
SÃO JOÃO DA PONTA	170.679-9	297.068,15	74.267,04	371.335,19
SAO JOAO PIRABAS	170.090-1	358.637,51	89.659,38	448.296,88
SÃO JOÃO ARAGUAIA	170.023-5	390.230,73	97.557,68	487.788,42
SÃO MIGUEL GUAMÁ	170.002-2	606.546,77	151.636,69	758.183,47
SÃO SEBASTIÃO B VISTA	170.049-9	572.128,71	143.032,18	715.160,89
SAPUCAIA	170.672-1	530.575,86	132.643,97	663.219,83
SENAD. JOSÉ PORFÍRIO	170.080-4	666.733,84	166.683,46	833.417,31
SOURE	170.600-4	545.901,23	136.475,31	682.376,54
TAILÂNDIA	170.099-5	2.069.747,96	517.436,99	2.587.184,95
TERRA ALTA	170.277-7	309.137,72	77.284,43	386.422,15
TERRA SANTA	170.293-9	731.249,53	182.812,38	914.061,92
TOME-AÇU	170.095-2	1.251.930,29	312.982,57	1.564.912,86
TRACUATEUA	170.685-3	406.176,35	101.544,09	507.720,44
TRAIÇÃO	170.294-7	659.891,17	164.972,79	824.863,96
TUCUMÁ	170.064-2	1.033.858,63	258.464,66	1.292.323,29
TUCURUÍ	170.026-0	8.045.616,42	2.011.404,10	10.057.020,53
ULIANÓPOLIS	170.280-7	1.012.794,84	253.198,71	1.265.993,55
URURÁ	170.078-2	955.049,78	238.762,45	1.193.812,23
VIGIA	170.016-2	553.775,14	138.443,79	692.218,93
VISEU	170.082-0	573.152,74	143.288,19	716.440,93
VITÓRIA DO XINGU	170.295-5	7.167.694,86	1.791.923,71	8.959.618,57
XINGUARA	170.066-9	2.009.454,46	502.363,61	2.511.818,07
TOTAL		327.479.174,37	81.869.793,46	409.348.967,83

Protocolo: 952291

**AVISO DE SELEÇÃO DE CONSULTOR INDIVIDUAL
- 006/2023-SEFA/PA
PAE: 2023/554002**

O Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, através da Comissão Permanente do Profisco II – SEFA/BID torna público que está aberto o prazo para apresentação de MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – MI para CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES INDIVIDUAIS, especialistas na gestão do projeto, em gestão estratégica, bem como o conhecimento jurídico de estrutura e compliance.

Modalidade: Consultor Individual - CI.

01 vaga para Gerente de Projetos, com remuneração mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

01 vaga para Analista Administrador, com remuneração mensal de R\$ 9.000,00 (nove mil reais);

01 vaga para Scrum Master, com remuneração mensal de R\$ 9.000,00 (nove mil reais);

Prazo para entrega/envio das Manifestações de Interesse: 23 de junho de 2023, 14h.

Local: Av. Visconde de Souza Franco nº 110, Bairro Reduto, CEP: 66053-000, Belém/PA/Brasil.

Email: cglc_coordenacao@sefa.pa.gov.br, em meio digital (formato "pdf")
Maiores Informações: A Manifestação de Interesse encontra-se publicada, na íntegra, no site da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA: www.sefa.pa.gov.br e no site www.compraspara.pa.gov.br.

Helenil Silva Valente

Presidente da Comissão Permanente do PROFISCO II, em exercício
Protocolo: 952757

**ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS
FAZENDÁRIOS**

ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

A Secretária-geral do TARF da Secretaria de Estado da Fazenda, Sr.^a Ana Kátia Nascimento da Paz Sarmento, torna pública a data de julgamento dos recursos abaixo, a ocorrer por meio de VIDEOCONFERÊNCIA, conforme Instrução Normativa SEFA n. 004/2021, de 16/03/2021, na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:

PRIMEIRA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO

Em 26/06/2023, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 18.882, AINF n.º 012017510000493-9, contribuinte UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA, CNPJ n.º. 34.621.748/0001-23.

Em 26/06/2023, às 09:30h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 20.411, AINF n.º 372018510000393-0, contribuinte SYSDATA TECNOLOGIA E PARTICIPACOES LTDA - EPP, Insc. Estadual n.º. 15.413.478-3.

Em 26/06/2023, às 09:30h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 20.431, AINF n.º 012022510000493-9, contribuinte MUTRAN IMPORTADORA E EXPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA, Insc. Estadual n.º. 15.272.844-9.

Protocolo: 952815

**ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS
FAZENDÁRIOS – TARF**

ACÓRDÃOS

SEGUNDA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO

* **Replicado por ter saído com incorreções.**

ACÓRDÃO N. 8707 - 2ª CPJ - RECURSO N. 19.870 - DE OFÍCIO (PROCESSO / AINF N. 042018510000208-0). CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL FRAIHA PEGADO. EMENTA: ICMS. CRÉDITO INEDVIDO. INDETERMINAÇÃO DOS CRÉDITOS ILEGÍTIMOS. METODOLOGIA DE APURAÇÃO INADEQUADA. AUSÊNCIA DE PROVAS. FATOS INFRACIONAIS DESCRITOS NO LIPELO FISCAL. PENALIDADE NÃO VIGENTE. SANÇÃO EQUIVALENTE INADEQUADA. 1. Incumbe exclusivamente à Autoridade Fiscal a produção de evidências de auditoria, qualitativamente, adequadas e, quantitativamente, suficientes à comprovação da existência e a determinação da extensão da infração tributária descrita e tipificada no lançamento fiscal. 2. Não é válido o lançamento fiscal que aplique penalidade inexistente à época dos fatos infracionais narrados no auto de infração fiscal. 3. Inaplicável a sanção punitiva sem a completa subsunção dos fatos infracionais a todos os elementos conformadores da hipótese típica e antijurídica prevista na lei de regência do tributo exigido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 30/03/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 30/03/2023.

* **Replicado por ter saído com incorreções.**

ACÓRDÃO N. 8728 - 2ª CPJ - RECURSO N. 20.310 - DE OFÍCIO (PROCESSO / AINF N. 192021730002275-3). CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: ITCD. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO NÃO ACOLHIDA. NÃO SUJEIÇÃO À INCIDÊNCIA DO ITCD. 1. Deve ser conhecido o recurso de ofício para o caso de decisão contrária à Fazenda Pública no processo de avaliação contraditória do ITCD, na forma do art. 30, caput, da Lei Estadual n. 6.182/98. 2. Escorreta a decisão singular que retirou da base de cálculo do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer bens ou direitos a parcela que não é submetida à incidência tributária. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 09/05/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 09/05/2023.

* **Replicado por ter saído com incorreções.**

ACÓRDÃO N. 8729 - 2ª CPJ - RECURSO N. 20.312 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 192021730002275-3). CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: ITCD. NÃO COHECIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO. AUSÊNCIA DO REQUISITO DE CONTRARIEDADE À DECISÃO. 1. Não deve ser conhecido o Recurso Voluntário que não apresenta o preenchimento do requisito de contrariedade à decisão singular. 2. Recurso não conhecido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 09/05/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 09/05/2023.

ACÓRDÃO N. 8735 - 2ª CPJ - RECURSO N. 19.136 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 272021730000861-6 / 012020510001287-2). CONSELHEIRA